

AUTORES

**Diógenes
Pinheiro***

diogenesunirio@
hotmail.com

**Luiz Carlos Gil
Esteves****

luizesteves@
yahoo.com.br

**Miguel Farah
Neto*****

mfn13@terra.com.br

* Professor do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, Brasil)

** Professor do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, Brasil)

*** Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, Brasil)

Políticas públicas de educação: o que pensam jovens ativistas políticos brasileiros?

Políticas públicas de educación: ¿qué piensan los jóvenes activistas políticos brasileños?

Public education policies: what young Brazilian social activists think?

RESUMO

Este trabalho revisita o rico período da vida política brasileira, entre 2011 e 2014, buscando conhecer as demandas e percepções sobre direitos de jovens militantes, especialmente os direitos relativos à educação, que estavam sendo incorporados nas políticas públicas de juventude e no Estatuto da Juventude. O objetivo é pensar de que modo a construção de um campo institucional e legal tem funcionado como instrumento de mobilização para a juventude, em geral, lutar pela ampliação de seus direitos. Nessa chave de leitura, é possível se pensar de forma mais complexa as relações entre juventude militante e não militante, presente no slogan "Nenhum Direito a Menos!", que ecoou nas manifestações de 2013, mas que foi construído por toda uma geração de jovens ativistas políticos. A conclusão é que o processo de escuta da juventude organizada é uma importante contribuição ao debate, sobretudo por ampliar temáticas e visibilizar os novos sujeitos de direitos surgidos no ciclo recente de políticas públicas de juventude no país, que parece se encerrar, em 2016, com a ruptura ocorrida no Governo Federal e com a consequente extinção de inúmeros programas e políticas que vinham garantindo, ainda que timidamente, a expansão dos direitos dos jovens brasileiros.

RESUMEN

Este trabajo se propone revisar el rico período de la vida política brasileña, entre 2011 y 2014, para conocer las demandas y percepciones de los jóvenes militantes sobre los derechos, especialmente los derechos a la educación que se venían incorporando a las políticas públicas para la juventud y al Estatuto la Juventud. El objetivo es pensar de qué modo la construcción de un marco institucional y legal se convierte en un instrumento de movilización para la juventud, y en general, de lucha por la ampliación de sus derechos. En esta clave de interpretación, es posible pensar de manera más compleja en las relaciones entre la juventud militante y no militante, presentes en el eslogan "¡Ningún derecho menos!", que resonó en las manifestaciones de 2013, pero que fue elaborado por toda una generación de jóvenes activistas políticos. La conclusión es que escuchar a la juventud organizada contribuye de manera importante al debate, especialmente por ampliar temáticas y dar visibilidad a los nuevos sujetos de derechos surgidos en el reciente ciclo de políticas públicas de juventud en el país, que parece terminar en 2016, con la ruptura producida en el Gobierno Federal y la consiguiente extinción de numerosos programas y políticas que venían garantizando, aun-que timidamente, la ampliación de los derechos de los jóvenes brasileños.

ABSTRACT

This paper reviews the rich period of Brazilian political life between 2011 and 2014 in order to discover the demands and perceptions of young militants regarding their rights, especially those related to education, which have been incorporated into the youth public policies and the Statute of Youth. The objective is to analyze how the building of an institutional and legal field has worked as a mobilization tool for young people in the general fight for the expansion of their rights. Thus, it is possible to contemplate complex relationships between militant and non-militant youth present in the slogan "No Right to Less!" which was echoed in the demonstrations of 2013, and was the product of a whole generation of young political activists. The final conclusion is that the listening process of organized youth is an important contribution to the debate, especially by expanding themes and bring to light new legal subjects that arose in the recent cycle of public policies for youth in the country, which seems to end in 2016 with the rupture that occurred in the Federal Government and the consequent extinction of numerous programs and policies that were ensuring, albeit timidly, the expansion of young Brazilians' rights.

1. Introdução

Nas democracias modernas, a maior ou menor capacidade de pressão dos grupos sociais possui um efeito direto na tomada de decisões, como as que levam à formulação de políticas públicas. Certamente, alguns desses grupos possuem vantagens em termos de capacidade de mobilização e representação em relação a outros, tornando desigual o acesso a bens e serviços públicos ou a aquisição de direitos sociais (Offe, 1984). Porém, a lógica democrática afirma que o avanço das práticas institucionais de representação leva ao aperfeiçoamento do sistema, o que pode ser visto, historicamente, através da crescente incorporação de demandas, sujeitos e direitos que, anteriormente, não constavam das agendas das políticas públicas. Quando se pensa em participação política da juventude, persistem dois grandes problemas, que não são exclusivos ao Brasil: a dificuldade de mobilização e a baixa influência institucional das demandas jovens (Margulis e Urresti, 1996). Essas questões estão sempre presentes nas falas dos jovens, principalmente daqueles com maior ativismo social e político, visível na expectativa, mas também nas dúvidas que têm em relação à capacidade de a sua participação influenciar, de fato, a construção de políticas públicas na lógica democrática.

Na última década, as políticas públicas brasileiras têm apostado expressivamente em sua juventude, principalmente do ponto de vista da criação de um arcabouço institucional e legal que propicie a participação juvenil no processo de tomadas de decisões por parte do Estado brasileiro. A Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, deu início a um vigoroso ciclo de políticas públicas, principalmente por meio da criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e de diversos programas e políticas públicas que buscam afirmar a participação da juventude como eixo estruturante no desenho e na implementação das políticas de proteção social, possibilitando que os jovens com idade entre 15 e 29 anos possam usufruir, de forma mais integral, da condição de sujeitos de direitos.

Entretanto, ainda que o país venha adotando uma série de princípios observados na maior parte das sociedades democráticas contemporâneas, notadamente no que diz respeito à ampliação de direitos e diminuição das desigualdades, inúmeros são os obstáculos que ainda se impõem na conquista efetiva de mais cidadania, mais proteção e mais bem-estar social para este segmento que representa cerca de 1/4 da população brasileira. Isto porque, o direito de ser jovem não acontece de forma igual para todos, culminando, na perspectiva de Bourdieu (2007), em processos de distinção em que alguns podem ser “mais jovens” do que outros.

Diante disso, desde 2013, o Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Juventude, vem realizando vários esforços com o intuito de efetivar a construção de um Plano Nacional de Juventude, conforme determinado pelo Estatuto da Juventude. Tal ação se desenvolve por meio de parcerias tanto com os estados e municípios, que também deverão elaborar os seus respectivos planos, quanto com a Sociedade Civil, sobretudo com os jovens, que devem estar presentes, necessariamente, em todas as etapas de sua formulação.

O surgimento de novas identidades juvenis promoveu um diálogo a partir da diversidade que talvez nenhuma geração precedente tenha experimentando tão intensamente. Dividindo a cena pública atual, temos a juventude negra, jovens de partidos políticos, do movimento estudantil, de grupos religiosos, de grupos culturais de periferia (grafite, *hip hop*, *funk*, capoeira etc.), ao lado de jovens quilombolas, jovens de terreiro, assentados, ribeirinhos, jovens lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Esses novos recortes de juventude surgem permanentemente, como, por exemplo, todo um novo campo de militantes decorrente do empoderamento feminino que não existia há dez anos, tanto os chamados “novos feminismos” quanto a hegemonia das mulheres como beneficiárias de programas governamentais, como “Bolsa Família” e “Minha Casa, Minha Vida”. Tal tendência se mostrará mais visível ainda a partir de 2016, quando a presença feminina, nas

PALAVRAS-CHAVE

Juventude;
Políticas Públicas;
Educação

PALABRAS CLAVE

Juventud;
Políticas Públicas;
Educación

KEYWORDS

Youth; Public
Policies; Education

Recibido:
30.06.2016

Aceptado:
28.11.2016

redes e nas ruas, dá o tom da militância política, particularmente da militância juvenil.

Importa entender como esses sujeitos se movimentam no interior de grandes estruturas institucionais – como os programas governamentais e as políticas públicas – e como essas ações promovem deslocamentos de posições para certos grupos alcançados. Os jovens que transitam por esses programas e políticas públicas de juventude têm sido objeto de reflexões que permitem descortinar a complexidade do território em termos de novos sujeitos, novas demandas e novos modelos de organização e participação política. Não se pode deixar de ressaltar a importância das novas mídias para esta geração de ativistas, quase todos “nativos digitais”, ou seja, nascidos em um mundo já predominantemente digital e, portanto, com sua identidade social construída, também, a partir do convívio nesse ambiente virtual.

Neste artigo, serão exploradas as reivindicações de jovens militantes no período compreendido entre 2011 e 2014, abordando, especificamente, suas demandas educacionais, manifestas em momentos nos quais esses jovens foram chamados ou, melhor dizendo, se fizeram chamar para opinar sobre os rumos das políticas públicas de juventude no país.

2. Percurso metodológico da pesquisa

Esta análise baseia-se em um programa bastante amplo de pesquisas realizadas nos últimos anos, resultado de uma cooperação técnica iniciada em 2005, que gerou um convênio entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria Nacional de Juventude, o que possibilitou a produção de diversos diagnósticos, subsídios conceituais, ações conjuntas e avaliações em torno do objetivo de fortalecer a Política Nacional de Juventude (Novaes, 2016).

Neste trabalho, foram utilizados dados oriundos do processo de acompanhamento e sistematização de demandas da 2ª Conferência Nacional de Políticas

Públicas de Juventude, ocorrida em dezembro de 2011, na qual se ouviu, por meio de um survey, cerca de 1.000 jovens delegados, representantes de distintos coletivos juvenis. Foi usada, também, a última pesquisa do referido convênio, que correspondeu às 11 “Oficinas de Diálogo” com cerca de 300 jovens brasileiros, realizadas entre agosto e dezembro de 2014, que teve como estratégia metodológica a organização de um amplo debate com jovens e outros atores-chave, fomentando espaços de participação que contribuíssem para a produção e ampliação de conhecimentos no campo das políticas de juventude.

Em todas as etapas desse trabalho, os sujeitos ouvidos representam uma grande diversidade de coletivos juvenis, desde grupos tradicionais na cena política, como os jovens de partidos, sindicatos, grupos religiosos, até os novos coletivos feministas, jovens ciganos ou de comunidades tradicionais e terreiros, grupos que só ganharam visibilidade recentemente.

Busca-se refletir sobre as demandas referentes à educação e a percepção de direitos conquistados por parte de jovens militantes brasileiros entre de 2011 a 2014, expressos no Estatuto da Juventude. De acordo com Rua (1998), as demandas podem ser definidas como reivindicações de bens e serviços ou mesmo de participação no sistema político. Segundo ela, existem, basicamente, três tipos de demandas: as demandas novas, as recorrentes e as reprimidas. Quando estas se acumulam e o sistema não consegue encaminhar soluções aceitáveis, ocorre uma crise que ameaça a estabilidade do sistema, ou seja, uma “sobrecarga de demandas”. Para a autora, existe um “estado de coisas” que começa a ser considerado como problema em determinado contexto político, social, cultural de uma sociedade, o qual, de forma objetiva e subjetiva, se desdobra em questões que devem ser explicitadas e postas nas agendas governamentais.

Já por percepção de direitos, entende-se que a afirmação de tais sujeitos na cena pública partiu de sua compreensão de que não eram meros beneficiários das políticas públicas, mas sim “sujeitos de direitos”, isto é, portadores e difusores de direitos sociais, ainda que recentemente conquistados. Embora mapear demandas emergentes e percepções dos sujeitos seja um

tipo de pesquisa extremamente difícil de ser realizada, estudos de caráter mais longitudinal, que acompanham a participação de jovens em programas e políticas públicas ao longo de alguns anos, têm mostrado que há um sentimento difuso de direitos consolidados entre parte da juventude, que são visíveis em afirmações muito mais presente hoje do que antes, tais como: “Eu posso” ou “Isso é meu direito!” (Papa e Freitas, 2011). Pelo fato de esta ser uma pesquisa longitudinal, cobrindo um período relativamente longo, entre 2011 e 2015, está constatação se torna mais visível. Certamente, o recorte da pesquisa, ao focalizar jovens com ativismo político, permite captar, de modo mais intenso, uma mobilização recente, que provocou deslocamentos de posições em certos grupos da juventude, cujos resultados, mesmo que não possam ser extrapolados para se pensar todos os extratos da juventude brasileira, são úteis para se pensar aqueles sujeitos e coletivos que conseguiram se nomear e se colocar na cena pública nos últimos anos e cuja presença é de grande importância para a luta democrática atual.

A primeira pesquisa aqui utilizada acompanhou o processo de mobilização que culminou na realização da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude ao longo de todo o ano de 2011, dividido em dois momentos distintos e usando diferentes metodologias. Inicialmente, sistematizou os relatórios vindos das 27 conferências estaduais (26 estados e Distrito Federal), das 66 conferências livres, da etapa livre virtual e da consulta aos povos tradicionais. As suas contribuições foram reunidas no texto-base, que subsidiou os debates durante a Conferência Nacional. O segundo momento da pesquisa correspondeu à aplicação de um questionário a 1209 participantes, em sua maioria (82%) jovens delegados eleitos.

A análise de todo este material serviu de base para a construção de um perfil dos participantes e de um mapa de reivindicações da juventude brasileira organizada. As demandas foram classificadas em três categorias: 1) recorrentes (educação, cultura e trabalho), 2) emergentes (diversidade, religião, ancestralidade) e 3) específicas (exclusão extrema, encarceramento). Na segunda fase, a pesquisa utilizou um questionário bastante amplo, respondido por delegados que representavam diferentes coletivos jovens, composto por 38

itens, dividido em cinco seções: (1) identificação; (2) conexões e participação; (3) sociedade brasileira; (4) sobre direitos e políticas públicas de juventude; (5) sobre a conferência. Este material serviu de base para a construção do perfil dos jovens delegados apresentado a seguir. Foi importante, também, acompanhar as discussões realizadas nos diferentes Grupos de Trabalho (GT), durante os três dias do encontro nacional, o que permitiu compreender, com mais clareza, algumas tendências, divergências e, também, disputas de posições políticas que perpassam os diferentes grupos, o que permite entender melhor as demandas e sua relação com as diferentes condições juvenis.

A segunda pesquisa, que subsidia parte das afirmações presentes neste trabalho, foi realizada entre agosto e dezembro de 2014, quando a Secretaria Nacional de Juventude, em trabalho conjunto com a UNIRIO, deflagrou a primeira etapa de debates acerca da elaboração do Plano Nacional de Juventude, momento este que contou com a presença expressiva de seus principais interlocutores, quer sejam os próprios jovens. Tal ação fundamentou-se no que estabelece o artigo 4º do capítulo II do Estatuto da Juventude, quando dispõe: o jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude. Teve por objetivos básicos aprofundar diagnósticos e análises sobre os problemas que afetam à juventude, identificar temáticas emergentes, elencar demandas prioritárias e subsidiar a elaboração e encaminhamento de propostas para a construção do futuro Plano Nacional de Juventude. O debate ocorreu em nível nacional e foi efetivado por meio da realização de oficinas, chamadas de “Plano em Diálogo”, com duração de um dia cada, com base na metodologia de grupos em diálogo, a partir dos 11 eixos que compõem os direitos dos jovens no Estatuto Nacional de Juventude; são eles: 1) direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; 2) direito à educação; 3) direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; 4) direito à diversidade e à igualdade; 5) direito à saúde; 6) direito à cultura; 7) direito à comunicação e à liberdade de expressão; 8) direito ao desporto e ao lazer; 9) direito ao território e à mobilidade; 10) direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; 11) direito à segurança pública e ao acesso à justiça.

No total, foram promovidas onze oficinas em todas as regiões do Brasil (especificamente nos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo e no Distrito Federal), reunindo mais de 300 jovens representantes de diferentes segmentos. A indicação dos jovens e de suas entidades efetivou-se, inicialmente, pela SNJ, pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), por grupos com destaque (citados/visibilizados) na mídia e em redes virtuais e por grupos de pesquisa das universidades; posteriormente, foram agregadas indicações de gestores de juventude, conselheiros estaduais e municipais e, por fim, de movimentos juvenis que, ao saber da realização e da natureza dos eventos, solicitaram a participação. Cabe registrar que neste processo, a demanda por participação aumentou significativamente, chegando a formar uma lista de cerca de 100 jovens interessados em se incorporar ao debate.

A metodologia e o formato das oficinas foram respeitados, de forma padronizada, em todas as oportunidades. Dias antes do encontro, ao ser convidado a participar da oficina, o jovem recebia um questionário online (ferramenta LIMESURVEY), que deveria ser respondido também online, com perguntas que propiciavam desde a elaboração de um rápido perfil até o conhecimento de sua opinião acerca do tema em questão.

No dia do encontro, durante o período da manhã, após as boas-vindas e apresentação individual de cada um dos participantes, eram colocadas as finalidades da reunião e apresentados a minuta de Lei do Plano Nacional de Juventude e o histórico da construção do Estatuto da Juventude. Posteriormente, com o objetivo de estimular o debate sobre o assunto a partir das respostas dadas pelos próprios jovens ali presentes, eram expostos os resultados já sistematizados dos questionários sobre a temática da oficina proposta, abrindo-se para o debate, que devia eleger prioridades e interdições, conforme as duas questões abaixo:

1. Quais são os cinco (5) principais aspectos relativos ao tema em debate que devem, obrigatoriamente, estar presentes no Plano Nacional de Juventude?
2. Que aspecto relativo ao tema em debate não pode, de forma alguma, estar presente ou ser contemplado no Plano?

Após a realização dos debates, cada grupo era convidado a apresentar suas sínteses em tarjetas de papel-cartolina; nem todos os grupos se limitavam ao número de questões sugerido, ampliando suas proposições. Após a apresentação de todos os grupos, eram novamente instigados a elaborar uma nova súmula, fruto de novo debate, em que deveriam agrupar, em blocos, as questões afins presentes nas respostas de todos os grupos. Após a visualização desta nova composição, realizava-se uma breve síntese da reunião, quando também era avaliada sua realização, e encerravam-se os trabalhos.

3. O campo das políticas públicas como objeto recente de interesse educacional

Tradicionalmente, a reflexão sobre as políticas públicas foi uma tarefa restrita ao campo da Ciência Política. Nos últimos anos, aumentou o interesse pelos debates sobre o tema em diferentes áreas de conhecimento, como a Educação, tornando as políticas públicas um campo importante para pesquisar o surgimento de novos sujeitos e temas (Castro, Aquino e Andrade, 2009). Do ponto de vista da educacional, tem se pensando muito de que modo a incidência de políticas públicas específicas para a juventude produziu deslocamentos e ampliou o “campo de possibilidades” (Velho, 2003) de muitos jovens que até então tinham horizontes restritos, com remotas chances de chegar até a universidade.

O ciclo recente de políticas públicas de juventude no Brasil (2005 - 2015) tornou mais agudos dilemas e opções políticas que marcaram profundamente o desenho e a implementação das políticas públicas de juventude. Em síntese, optou-se por construir um arcabouço institucional de políticas de juventude em nível federal, porém com baixo enraizamento nas estruturas estaduais e municipais. Um aspecto positivo foi a opção de se afirmar a participação da juventude como uma política de governo. A ênfase conceitual na participação da juventude deslocou o conceito de “inclusão”, que caracterizou o ciclo anterior, ocorrido na década de 1990, e

colocou no centro dos debates os conceitos de “autonomia” e “emancipação”. Acompanhar esse debate conceitual sobre a expansão dos direitos ajuda a superar barreiras históricas, como o direito à educação, que atualmente se somam a novas desigualdades, como a exclusão digital e a novas formas de discriminação, com o aumento da intolerância religiosa ou do desrespeito à opção sexual, que impedem uma experiência de cidadania mais plena para tantos brasileiros, problema vivenciado, particularmente, pelos jovens.

Para a juventude brasileira, um dos maiores desafios é a implementação de políticas de promoção do acesso a direitos capazes de atender a todos os jovens, sem qualquer tipo de discriminação, valorizando as diferenças como fator de enriquecimento do processo social e, conseqüentemente, transpondo barreiras para a participação com igualdade de oportunidades. É exatamente para diminuir tais abismos e injustiças que provocam distintas formas de discriminação e exclusão que as ações públicas - materializadas por meio de leis, planos, políticas sociais, conferências, conselhos etc. - são fundamentais. Tal afirmação decorre do fato de estas se mostrarem, historicamente, ferramentas potencialmente capazes de fomentar processos de institucionalidade e trazer ganhos reais e sensíveis para as juventudes, ganhos estes que, num futuro de curto, médio e longo prazos, terão a sociedade como caixa de ressonância. Um dos fatores essenciais para o incremento humano e social é, sem dúvida, a forma como se investe na qualidade de vida dos jovens.

Ampliar e qualificar o mosaico de possibilidades e oportunidades desses sujeitos pode, portanto, transformar não apenas a trajetória de vida de cada um, mas a própria história do país. Nesse contexto, observa-se que as múltiplas formas de participação e associativismo (aí incluídas as redes sociais) que se fazem presentes no espaço público, impulsionando iniciativas governamentais em direção à ampliação de direitos e à geração de oportunidades, são fundamentais na construção e implementação de agendas progressistas para as políticas públicas.

4. Demandas educacionais dos

jovens militantes brasileiros

À medida que a sociedade brasileira vem se democratizando a atividade política tende a assumir um papel importante na vida das pessoas, sobretudo por meio da conquista de modelos de democracia participativa, como é o caso das conferências ou outros processos de escuta da juventude. Considerar falas desses novos coletivos juvenis é essencial nas eventuais correções de rumo de políticas sociais voltadas aos jovens e pode significar trazer esses sujeitos à condição de interlocutores nas decisões que lhes dizem respeito.

No Brasil, a principal mudança ocorrida no ciclo de políticas públicas iniciado em 2005 se deu no cenário institucional no qual a juventude experimenta sua condição de sujeito social, marcado pela crescente expansão de programas e políticas públicas, que demonstraram um novo momento do Estado brasileiro, que assumiu, fortemente, o papel de indutor de políticas públicas de juventude, resultando na criação efetiva de um campo, ao mesmo tempo material e simbólico, de políticas públicas de juventude. Algumas pesquisas que acompanhamos vêm demonstrando que, no início do ciclo, o programa mais conhecido pelos jovens entrevistados era o “Projovem Urbano”, voltado para jovens de 18 a 29 anos concluírem o Ensino Fundamental. Já no final do ciclo, os jovens entrevistados revelavam conhecimento de inúmeros programas, entre eles, principalmente, o Programa Universidade para Todos, que a despeito de não ser exclusivo à juventude teve grande impacto simbólico nessa geração de militantes (Novaes, 2012).

Essa reflexão é útil para se observar as percepções dos jovens militantes sobre as políticas públicas em curso e sobre o eixo do direito à educação presente no Estatuto da Juventude, expostos a seguir.

4.1 O que demandavam os jovens militantes em 2011

A 2ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em dezembro de 2011, encerrou, simbolicamente, a primeira fase do ciclo de políticas públicas de juventude no Brasil, iniciado em 2005, marcada pela criação de um conjunto de programas voltados especificamente para a condição juvenil brasileira, particularmente o Programa nacional “Projovem Urbano”, o carro-chefe dessa primeira fase de

políticas de juventude. O título escolhido para o encontro nacional foi “Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos” e teve como lema “conquistar direitos, desenvolver o Brasil”. Ao seu final, a plenária aprovou um documento denominado “Para Desenvolver o Brasil!”, que contém uma síntese das demandas discutidas. A referência constante ao termo desenvolvimento é uma chave de leitura importante para discutir a relevância da juventude como ator político no cenário brasileiro contemporâneo, num momento em que os jovens buscam se afirmar para além, inclusive, do campo da juventude.

Chama atenção, também, a ideia de direito como resultado de lutas e de capacidade de mobilização de coletivos políticos. Por isso, as resoluções do encontro apontaram para a necessidade de garantia, mas, sobretudo, de efetivação dos direitos já conquistados, através da maior participação dos jovens nas esferas de formulação e implementação das políticas inclusivas em geral, indicando, assim, a vontade de participação para além das temáticas exclusivas à juventude. Nesse sentido, reafirmar e ir ao encontro do campo dos direitos constitui estratégia fundamental para fortalecer a autonomia e a emancipação da juventude, embora alguns dilemas geracionais permaneçam existindo e se atualizando. São recorrentes as seguintes indagações: Como garantir a mobilização e a participação dos que ainda não estão mobilizados? Como expandir e institucionalizar espaços de debate público da juventude – conselhos, conferências e fóruns? Frequentemente, essas questões estão nos horizontes de ação dos jovens militantes, que foram objeto deste estudo. Aparecem principalmente na expectativa que têm de que sua militância contribua para a construção de políticas públicas na lógica democrática, onde estado e sociedade civil compartilhem sua formulação e implementação.

Os jovens delegados entrevistados são mais escolarizados que a média da juventude brasileira, já que a maior parte (59,8%) passou pela universidade e um terço (31,7%) tem nível educacional superior concluído. Porém, não se enquadram no que Elias (2000) classificaria como “estabelecidos” ou sequer se igualam à tradicional representação de juventude associada a estudantes universitários de classe média. Representam melhor o novo

perfil de juventude que conseguiu acessar a universidade, através de esforço pessoal ou de investimento familiar, mas também apoiado em políticas públicas de inclusão, principalmente as políticas de ação afirmativa para acesso, somadas às políticas de permanência implantadas na última década.

A maioria dos jovens militantes presentes à 2ª Conferência eram homens (58,5%), concentrados mais nas faixas de 18 a 24 anos (40,1%) e 25 a 29 anos (32,7%), sendo 34,7% brancos, 34,7% pardos, 23,1% negros, 4,5% indígenas e 2,5% amarelos. Embora se classifiquem como pertencendo à classe média baixa (49,7%), a maioria conseguiu chegar à universidade (59,8%), sendo que 31,7% já concluíram a graduação e 10,9% cursam alguma modalidade de pós-graduação. Está claro que eles não representam o perfil majoritário dos jovens brasileiros. A maior parte dos delegados trabalha e estuda (53,4%). Os que apenas trabalham representam 26,3%, ao passo que aqueles que somente estudam totalizam 18,9% do total. Note-se que os delegados respondentes que não trabalham nem estudam são apenas 1,1%. Estas tendências se mantêm, sem variações muito expressivas, quando se considera o total de participantes da conferência (delegados e não-delegados). (Tabela 1).

Mais da metade deles (56,9%) nunca ocupou cargo na gestão pública ligado à juventude ou em conselho de juventude, porém 43,1% se inserem nesse campo através de atuações diretas com o poder público, preponderantemente a partir de ações, organizações e movimentos oriundos da sociedade civil. A maioria esmagadora dos delegados é de ativistas, visto que 97,7% afirmaram já ter participado ou participar atualmente de, pelo menos, algum dos grupos apresentados.

Entre eles, 51,0% já integrou ou integra atualmente algum partido político, a maioria tem participação atual (46,8%). A maior parte dos delegados nunca integrou movimentos estudantis, o que parece sugerir novas formas de ingresso na vida política. As ONGs e projetos sociais têm a terceira maior frequência de participação (33,2%), sendo que a maioria participa ainda hoje de tais movimentos (29,6%). A participação em grupos religiosos de ação social revela uma inserção de exatos 29,6%.

Tabela 1

Grau de escolaridade dos respondentes		N	%	% válido
Válidas	Nunca estudou	2	0,2	0,2
	Ensino fundamental incompleto ou cursando	8	0,9	0,9
	Ensino fundamental completo	29	3,3	3,3
	Ensino médio incompleto ou cursando	75	8,5	8,6
	Ensino médio completo	237	26,8	27,2
	Superior incompleto ou cursando	245	27,7	28,1
	Superior completo	181	20,5	20,8
	Pós-graduação lato-sensu completa ou cursando	71	8,0	8,1
	Mestrado completo ou cursando	19	2,2	2,2
	Doutorado completo ou cursando	5	0,6	0,6
	Total	872	98,8	100
Inválidas	Não responderam	7	0,8	
	Nulas	4	0,5	
	Total	11	1,2	
Total		883	100	

Fonte: Survey aplicado na 2ª CNPPJ.

Os grupos ligados ao meio ambiente são os que apresentam o menor índice global de participação, somente 16,5% dos delegados deles participam ou já participaram.

Percebe-se a preocupação em se avançar para além da institucionalidade formal, pois está claro que a mera existência de espaços de participação não garante práticas, comportamentos e atitudes democráticas. Pensar em novas formas de exercício do poder significa estar atento também ao perigo de se reproduzir comportamentos clientelistas e autoritários.

Ao serem convidados a apontar os três principais problemas do Brasil na atualidade, num rol de 21 opções, a qualidade da educação brasileira foi a mais frequente, configurando-se na maior das preocupações para os jovens pesquisados (46%). A pobreza, a qualidade da saúde e o racismo sobrepõem-se a questões como a destruição do meio ambiente, o desemprego e a exploração sexual de crianças e adolescentes. (Gráfico 1).

Quando inquiridos sobre qual seria, específica e unicamente, a maior questão hoje para a juventude brasileira, os delegados elegeram, mais uma vez, a qualidade da educação (51,4%). O que chama a atenção neste item, primeiramente, é a disparidade manifesta entre a frequência desta opção em relação às demais, já que o desemprego, a segunda opção mais assinalada, computou apenas 9,7%, ao passo que a violência, a terceira colocada, totalizou 7,2%. Tais tendências também se mantêm com uma variação mínima quando se incorpora à análise as respostas fornecidas pelos participantes não delegados. Visível também é a mudança no rol de prioridades eleito nesta questão em relação à anterior, quando se observam algumas alternâncias de posição, quando o ponto de referência é a própria juventude. (Gráfico 2).

Seguindo uma tendência já revelada por ocasião da 1ª Conferência, em 2008, ao serem convidados a indicar as três instituições/entidades em que mais confiam, a maioria dos delegados (84,0%) elegeu a família, seguida pelos movimentos sociais (63,6%) e pelas organizações/movimentos juvenis (41,6%).



Gráfico 1. "Na sua opinião, quais são os três maiores problemas do país?"
Fonte: Survey aplicado na 2ª CNPPJ.



Gráfico 3. "Quais são as instituições da sociedade nas quais você mais confia?"
Fonte: Survey aplicado na 2ª CNPPJ.

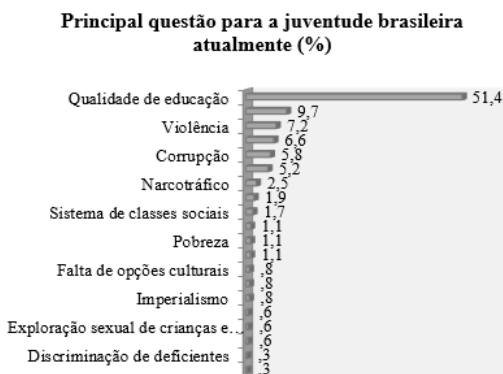


Gráfico 2. "Atualmente, qual é a principal questão para a juventude brasileira?"
Fonte: Survey aplicado na 2ª CNPPJ.

Note-se que a escola vem tão-somente na 5ª posição (37,6%), atrás, portanto, da igreja (38,0%), mas à frente da justiça (18,1%) e dos partidos políticos (16,8%), que, como vimos anteriormente, constituem o maior espaço de participação atual ou anterior dos entrevistados. Também seguindo uma tendência já manifesta na 1ª Conferência, a câmara de vereadores, a assembleia legislativa/congresso e o senado receberam poucos votos de confiança (1,8%), somente à frente das polícias (1,5%) e dos meios de comunicação (0,7%). Vale destacar, a propósito, que o menor percentual atribuído à mídia parece ser um diferencial deste grupo de ativistas em relação ao verificado em pesquisas com outros grupamentos juvenis, uma vez que vários estudos indicam a recorrência da televisão como o meio de lazer mais utilizado.

Convidados a escolher, em questão aberta, o tema

mais interessante de debate na Conferência, a educação aparece como aquele que mais desperta interesse entre os delegados (26,5%), seguido por assuntos do eixo do direito à participação e desenvolvimento integral (22,7%). O direito ao desenvolvimento integral (que também envolve uma dimensão educacional) ocupa o 3º lugar na escala de interesses juvenis (11,3%), seguido das questões do direito ao território (9,4%). Contraditoriamente, direito à diversidade e à vida segura (7,4%), direito à experimentação e qualidade de vida (6,3%) e conquista e efetivação de direitos (6,3%) são pouco citados. Quais os três tipos de direitos mais urgentes, e que deveriam ser considerados prioritários pelas políticas públicas de juventude? Os delegados elegeram, com destaque, a área da educação como o direito mais importante, com 85,7% das indicações, seguido pelo direito ao trabalho (46,5%), à participação (40,5%) e à saúde (23,4%).

Fechando este ciclo de questões, vale mais uma vez ressaltar a inquestionável importância atribuída pelos jovens delegados aos temas/propostas relacionados à área da educação. Percebe-se claramente que, em todos os casos em que tal tema surgiu, tanto entre as opções oferecidas quanto entre as de livre expressão dos respondentes, sua valoração sempre foi maior do que aquelas atribuídas aos demais. Por outro lado, as questões de cunho ambiental parecem ainda não mobilizar significativamente os jovens, sobretudo quando confrontadas com os demais temas tratados ou debatidos.

Por isso, os problemas do país ganham outros tons quando vistos a partir das reivindicações da juventude, mostrando categorias diferenciadas de demandas, como as recorrentes (educação, cultura e trabalho), as emergentes (diversidade, religião, ancestralidade) e as específicas (exclusão extrema, encarceramento). Porém, este esquema de classificação não deve obscurecer a complexidade com que aparecem na realidade, pois dentro do campo de demandas recorrentes, como educação, por exemplo, surgem a todo tempo outros temas e recortes possíveis - como as cotas raciais na universidade -, que atualizam o debate, mobilizam novos sujeitos e ajudam a criar outras identidades políticas.

4.2 O que demandavam os jovens militantes em 2014

Em dezembro de 2014, dentro do convênio UNIRIO/SNJ, foi realizada a décima primeira oficina “Plano em Diálogo”, que teve como tema de debate o eixo “Do Direito à Educação”, em consonância com o estabelecido no Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852/1, Seção II, art. 7º:

O jovem tem direito à educação de qualidade, com garantia de educação básica obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.

O encontro aconteceu no dia 27 de novembro, das 9h às 18h, na Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), localizada no Pavilhão das Metas, Via VN1 Leste, S/N, Praça dos Três Poderes, Brasília, Distrito Federal. Contou com a participação de 37 pessoas, entre as quais 31 representantes juvenis vinculados a diferentes instituições de diversas regiões do país e que têm relação com o tema em debate, quais sejam: ELOS Coletivo; Centro de Apoio a Mães; Hip Hop; CETRA – CE; Liga do Funk; Pastoral da Juventude; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; SEJUS-CE; CONJUVE/ Rede Ecumênica da Juventude pela Promoção dos Direitos Juvenis (REJU); Sertão; Núcleo de Pesquisa e Extensão de Educação do campo da Pós-Graduação em Direitos Sociais (UFG/Pronera); MacacuCine; Vida e Juventude; Movimento Cultural Fazendo Arte; ; Caritas; Escola de Gente; RENAFBO; Prefeitura de Boa Vista; Ação Educativa; BemTV (Portal Em diálogo/Observatório Jovem do

Rio de Janeiro); CAMTRA; Sind. Serv. Municipais; CONJUVE/União Nacional dos Escoteiros do Brasil, União Nacional dos Estudantes (UNE); Caritas Brasileira; UNESCO; CONJUVE/Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs); Núcleo Universitário. Sua organização ficou a cargo de: três representantes da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ); dois representantes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); 1 representante do Conselho Nacional de Juventude.

Observou-se que a maior parte dos debates foi pautada por proposições tais como: efetivar, de fato, a gestão democrática da educação, com ampla participação nas escolas; aumentar o acesso das classes populares ao ensino superior; dar maior atenção ao ensino médio e profissionalizante, com racionalização dos currículos; vincular efetivamente a questão educacional aos valores da cidadania e do respeito às diversidades, e não apenas às ingerências do mercado; dar maior ênfase à educação prisional efetiva e de qualidade; real adequação de currículos para comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas etc., sem prejuízo na qualidade do conteúdo e da oferta; adequar imediatamente as escolas às necessidades dos deficientes; monitoramento das metas do atual PNE em todas as esferas governamentais, a fim de que sejam realmente perseguidas e concretizadas; estabelecer de fato um pacto federativo, já que a educação não pode ser vista em esferas isoladas; avaliar a eficiência do Sistema S etc.

Vale sempre destacar que, a exemplo de outras situações, a problemática social esteve sempre presente nas discussões, reafirmando o compromisso e a solidariedade desse grupo com outros de menor visibilidade/oportunidade social. Também a diversidade regional e cultural representada no evento propiciou que temas diversos, e muitas vezes inusitados, surgissem durante as discussões, enriquecendo o diálogo e a qualidade das propostas que serão encaminhadas para a construção do futuro Plano.

O que deve ser contemplado no PNJ

1. Garantir a laicidade do Estado na grade curricular de todos os segmentos educacionais, (infantil, fundamental, médio e superior);
2. Garantir, no currículo escolar, disciplinas

que contemplem os direitos e deveres dos jovens, dando-lhes oportunidade de liberdade de expressão;

3. Incentivar a implantação de uma escola em tempo integral que proporcione a educação formal, informal e a coeducação, garantindo a interdisciplinaridade e a relação da teoria com a prática, por meio de currículos escolares organizados de maneira flexível e diversificada nos conteúdos obrigatórios e eletivos, articulados com a ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, esportes e lazer cultural;

4. Estabelecer um modelo de educação básica com atividades extraclasse, envolvendo esportes, cultura e arte, incentivando a troca de conhecimento, dando protagonismo ao estudante, inserindo e reconhecendo a educação não formal como parte da educação formal e proporcionando uma educação pela igualdade e diversidade;

5. Criar política de monitoramento, com acesso à informação, garantindo o empoderamento e o controle social em todas as esferas do Estado.

O que não deve ser contemplado no PNJ

1. Contemplar a iniciativa privada nos recursos públicos da educação (nem royalties e nem PIB);

2. O funcionamento do PRONATEC via Sistema S;

3. A não militarização de instituições de ensino públicas, garantindo-se a gestão democrática, os espaços de deliberação juvenil e a gratuidade na educação pública.

5. Considerações finais

O Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013) foi aprovado no bojo de um intenso processo de mobilização de jovens ocupando as ruas das principais cidades brasileiras, no que ficou conhecido como as “Jornadas de Junho de 2013”, iniciadas por jovens que nutriam uma profunda aversão à política e surpreendeu segmentos importantes de jovens militantes que,

desde 2005, já vinham ocupando espaços nas ações abertas pela Política Nacional de Juventude.

Se as manifestações de 2013 mostravam, por um lado, certo grau de descolamento entre jovens militantes e amplos segmentos da juventude sem ativismo social, por outro lado, porém, as demandas inscritas no Estatuto da Juventude somente foram possíveis devido ao trabalho árduo e bem sucedido dessa geração de jovens militantes, tornando-se, desde então, o instrumento legal que define os direitos que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro aos cerca de 52 milhões de jovens entre 15 a 29 anos.

A despeito dos ganhos acumulados, a principal demanda da juventude continua sendo a ampliação dos espaços e mecanismos de participação nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação dessas políticas, pois persistem entraves institucionais, materiais e simbólicos que limitam o exercício mais pleno desse papel pela juventude. Em outras palavras, permanece um hiato entre o discurso participativo, que sempre afirma o protagonismo da juventude, e a incorporação de novos modelos de política participativa, distanciando a juventude de instituições que parecem funcionar com lógicas distintas no que tange ao reconhecimento dos jovens como sujeitos.

O principal resultado positivo resultante dessas pesquisas foi tornar visível a existência de outras condições juvenis para além daquelas já conhecidas. Foram incorporados ao debate grupamentos jovens que nunca tinham sido convocados a estar presentes nesse tipo de fórum participativo, como diferentes etnias indígenas e quilombolas, como também lideranças juvenis de alguns grupos ciganos e novos coletivos feministas. Este fato implicou numa pluralidade bastante ampla de propostas e sugere que a existência de um arcabouço institucional-legal em disputa pelas diferentes correntes da juventude organizada propiciou a visibilidade de novos sujeitos de direitos, que nunca haviam se nomeado na cena pública.

Outro ganho significativo foi o fortalecimento das redes de solidariedade entre os coletivos juvenis presentes e os que não puderam estar presentes. Uma análise mais detida dos relatórios, cruzada

com a lista de participantes das oficinas, atesta que diversas demandas que foram encaminhadas chegaram à tona a despeito de os grupos a que se referiam não estarem ali representados, por uma série de razões, inclusive legais, como, por exemplo, os jovens privados de liberdade. Esta disposição solidária indica, também, o reconhecimento de que há um campo de políticas públicas de juventude que tem no reconhecimento e na afirmação da diversidade, de demandas e de sujeitos, um valor em si.

Destaca-se a evidente constatação da emergência de novas temáticas no campo da juventude, incorporando pautas que não eram usualmente pensadas como sendo “de” juventude, como, por exemplo, os avanços em relação ao debate sobre o “trabalho decente”, como tema relevante para os jovens. De modo semelhante, nos debates sobre o direito à saúde (Seção V, Estatuto da Juventude), os jovens apontaram temáticas que fugiram da tradicional associação que se faz entre juventude e riscos sociais, como uso de drogas ou gravidez precoce e indesejada, trazendo para o debate questões como a presença de jovens na agroecologia, na busca pela alimentação sem agrotóxicos, temas emergentes na sociedade e nem sempre identificados como bandeiras de luta da juventude.

Quando chamados para pensar os principais problemas que afetam os jovens, os participantes, por diversas ocasiões, além de aprofundarem os debates acerca de questões já conhecidas, desvelaram aspectos inusitados, ampliando, como bem frisa Arendt (2002), o “mundo comum”, ou seja, a compreensão do mundo construída a partir do olhar do outro, daquele que é diferente de mim. Nesse sentido, o conceito de “Política Pública de Juventude” pode ser insuficiente para abarcar tantas e tão distintas condições juvenis, mas, ao mesmo tempo, pode ser uma plataforma importante que ainda conecta muitas lutas, muitas causas, muitas pessoas e grupos, que estão em instituições da Sociedade Civil, que estão fora e dentro do Estado, que estão no Poder Legislativo e nas instâncias regionais e municipais de governo.

A partir do momento que se constituiu essa institucionalidade e o espaço para se fazer essas vozes ecoarem um pouco mais longe, houve

mais possibilidades para a promoção de ações transversais e políticas mais institucionalizadas, inserindo a juventude como tema presente e relevante, levando a uma maior percepção de direitos por cada vez mais juventudes, no plural.

Em 2016, o término do ciclo de políticas públicas de juventude no Brasil, iniciado em 2005, ocorre por meio de uma ruptura na ordem democrática. No campo das políticas públicas, ruptura é algo bastante distinto de descontinuidade. A descontinuidade permite a retomada de boas ações e boas práticas de governos anteriores, sobretudo devido ao esforço dos gestores públicos que permanecem no Estado. A ruptura, por sua vez, implica em um deslocamento dessas forças de dentro do Estado para ocupar espaços na Sociedade Civil, retomando o trabalho de base e a mobilização em nível local. É um trabalho bastante duro, visto que o apoio governamental favorecia e estimulava a existência de fóruns participativos para jovens do país inteiro experimentarem um direito que consideram fundamental, o direito à participação.

Ao mesmo tempo, temos hoje uma juventude que está mobilizada nas redes e nas ruas, independentemente de qualquer institucionalidade, que não passa necessariamente, embora passe também, pela participação juvenil institucionalizada, como, por exemplo, os conselhos de juventude. São jovens que circulam por outros canais de mobilização, com forte predomínio da cultura como fator aglutinador. No entanto, o desafio maior é disputar a adesão dos jovens que não estão em nenhuma rede de mobilização. Abrir um diálogo com esses jovens que estão fora de qualquer militância e institucionalidade é uma tarefa essencial para se garantir a defesa de uma agenda progressista e, no limite, da própria existência de um campo de políticas públicas de juventude no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDE, H. (2002). *A Dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

BOURDIEU, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp/Porto Alegre: Zouk.

BRASIL. (2005). *Decreto nº 5.490, de 14 de julho de 2005*. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5490.htm].

BRASIL. (2013). *Estatuto da Juventude. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013*. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm].

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (org.). (2009). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. (1996). La juventud es más que una palabra. Em: MARGULIS, M. (ed.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos. pp. 13-30.

NOVAES, R. (2012). Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. *Religião & Sociedade* (Impresso), vol. 32. pp. 184-208.

NOVAES, R.; VENTURI, G.; RIBEIRO, E. e PINHEIRO, D. (2016). *Agenda juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro: Editora UNIRIO.

OFFE, C. (1984). *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

PAPA, F. E.; FREITAS, M. V. (Org.) (2011). *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Editora Petrópolis, Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert.

RUA, M. G. (1998). As políticas públicas e a juventude dos anos 90. Em: CNPD. *Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas*. Brasília: CNPD.

UNIRIO/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (2012). *Relatório Analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas Para a Juventude* (CNPPJ). Elaboração: Luiz Carlos de Souza. Rio de Janeiro, (mimeo).

VELHO, G. (2003). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar. 3ª ed.